

# ***A produção do espaço da pequena cidade de Nova Palma (RS, Brasil)<sup>1</sup>***

Vanessa Manfio<sup>2</sup>  
Gilda Maria Cabral Benaduce<sup>3</sup>

---

**Resumo:** A cidade é um produto histórico da sociedade, formado pelos atores sociais e suas relações com a natureza. Assim, a produção depende da organização produtiva, dos fluxos e fixos, das sinergias, das relações e contradições, da materialização das formas e da cultura dominante no espaço. Pensar essa produção é fazer uma reflexão socioespacial ao longo do tempo, principalmente quando se aborda a pequena cidade, cujas interações e o modo de construção do urbano são mais complexos, requerendo um olhar geográfico apurado dos fatos e essências que alimentam o espaço. Dessa forma, este artigo tem como objetivo central discutir a respeito da produção do espaço urbano da pequena cidade de Nova Palma, no Rio Grande do Sul, a fim de contribuir com os estudos urbanos.

**Palavras-chave:** Pequena cidade. Produção do espaço. Nova Palma (RS).

**Abstract:** *The city is a historical product of society, formed by social actors and their relationship with nature. Thus, the production depends on the productive organization of flows and fixed, synergies, relationships and contradictions, the materialization of forms and dominant culture in space. Think this production is to make a socio-reflection over time, especially when dealing with the small town, whose interactions and how to build the city are more complex, requiring a geographic look determined the facts and essences that feed space. Thus, this article is mainly aimed to discuss about the production of urban space the small town of Nova Palma in Rio Grande do Sul, in order to contribute to the urban studies.*

**Keywords:** *Small town. Production of space. Nova Palma (RS).*

## **1 Introdução**

A produção do espaço urbano é uma das preocupações da geografia e de outras ciências que buscam entender o modo de vida, as produções econômica e social, as formas espaciais e múltiplos problemas das cidades.

Evidentemente, o olhar para a produção do espaço deve ser o instrumento de análise não apenas na dimensão das metrópoles, mas também das pequenas cidades, que representam a maioria no contexto brasileiro e guardam importantes dinâmicas

---

<sup>1</sup> Artigo referente à dissertação de mestrado da autora Vanessa Manfio. Pesquisa financiada pela CAPES.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. [nessamanfio@gmail.com](mailto:nessamanfio@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Geociências da UFSM. [g.benaduce@gmail.com](mailto:g.benaduce@gmail.com)

econômicas, sociais e culturais, sendo que a produção espacial é uma importante ferramenta para a construção de um planejamento urbano.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção do espaço urbano da pequena cidade de Nova Palma, localizada na região central do Rio Grande do Sul, buscando entender sua organização espacial e os agentes produtores desse espaço. Para tal, partiu-se de um levantamento bibliográfico fazendo dialogar conceitos discutidos no artigo, como produção do espaço, cidade e pequena cidade. Os aportes teóricos que darão subsídios para o trabalho centram-se nas discussões de Milton Santos, Henri Lefebvre, Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Lobato Corrêa, Tânia Maria Fresca, Almeida Bacelar e Ângela Maria Endlich.

Ainda, como procedimentos metodológicos, foram utilizados o trabalho de campo e a coleta de dados em fontes primárias e secundárias, especialmente no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG), tendo como suporte metodológico o método histórico-analítico e a abordagem qualitativa, buscando interpretar e interagir com o objeto de pesquisa e com a histórica. O artigo encontra-se estruturado em três partes, das quais a primeira consiste na discussão teórica; a segunda, na abordagem dos resultados obtidos na pesquisa; e a última, nas considerações finais do trabalho.

## **2 A cidade e a produção do espaço**

O entendimento a respeito das cidades emana de uma complexa abordagem sobre os seus elementos constituintes, as prerrogativas de análise e a produção do espaço. Para Endlich (2011, p. 149):

O conceito de cidades, do seu limiar e dos diferentes agrupamentos urbanos podem ser considerados temas clássicos para a Geografia. Apesar disso, a dinâmica da realidade e as transformações dela decorrentes exigem uma constante revisão desses conceitos. No caso do estudo das pequenas cidades, apenas nos últimos anos podemos considerar que se torna um tema mais frequente nas pautas acadêmicas e um relativo avanço teórico na compreensão destes espaços.

A geografia não se interessou profundamente pela pequena cidade pela sua dificuldade de abordá-la através das suas dimensões e realidades distintas. Na visão de Bacelar (2009, p. 11):

A pequena cidade é uma espécie de “barreira” para a geografia que se limita a categorizar o amplo e vasto. A geografia não consegue “enxergar” o micro. [...] Aí ela, a geografia, se encolhe para dentro das formas/conteúdo do macroespaço, relegando o microespaço da pequena cidade a abstrações, negando-lhe existência própria.

As cidades são o espaço da materialização das relações sociedade e natureza, das ações sociais e do capital. Segundo Silva (2006), a cidade pode ser entendida como trabalho humano materializado, que se constitui como produto, condição e meio para relações decorrentes do modo de produção.

Nesta concepção, Cavalcanti (2008, p. 148-149) afirma que cidade:

[...] é uma expressão da complexidade e da experiência humana. As cidades, em suas várias configurações, são arranjos produzidos para que seus habitantes - diferentes grupos, diferentes culturas, diferentes condições sociais - possam praticar a vida em comum, compartilhando, nesses arranjos, desejos, necessidades, problemas cotidianos.

Pensando então nos diferentes grupos humanos que abrigam o mesmo espaço citadino e seus modos de vida, a cidade é também espaço de contradição e desigualdade. De acordo com Moraes, Goudard e Oliveira (2008, p. 97): “A população que compõe a cidade é diversa e desigual, tanto no sentido econômico como no cultural, criando, então, impasses e tornando difusos os pensamentos desta população como um todo”.

Dessa forma, a cidade é um espaço construído a partir dos interesses e relações dos atores sociais e capitalistas. Assim, a cidade é o concreto, mas por trás dessa materialidade existem desejos, história, modos de vida e relações que impregnam o espaço urbano de uma imaterialidade, sendo, a cidade, portanto, o espaço concreto repleto de abstração. Para Carlos (1992), “[...] a cidade é um modo de viver, de pensar, mas também de sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimento, formas de lazer, e também uma cultura”.

Reforça Manfio (2015) que a cidade é o concreto, mas também o invisível, na qual se processam os sentimentos e o cotidiano da vida (as relações de moradia, trabalho e lazer). Ela é regida pelo tempo, ou seja, pela rapidez dos acontecimentos, fenômenos e construções.

As formas presentes no espaço urbano são decorrência dessa dinâmica frenética do trabalho e modo de vida humano e imaterialidade. Nesse sentido, Silva (2006, p. 68)

comenta que “[...] as formas, que não são apenas reflexos, são também potencialidades e dinâmicas, pois uma vez construídas condicionam as relações sociais à ação específica”.

Nesta lógica, Santos (1985) define a forma como sendo o aspecto visível de uma coisa, referindo-se ao arranjo ordenado dos objetos conforme um padrão. Ainda a forma é uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de uma função. Estas formas abrigam atividades econômicas, culturais, de lazer, moradia e também a gestão administrativa do lugar. Elas apresentam funções, ou seja, a finalidade adquirida por uma forma urbana. Para Santos (1985), é uma atividade elementar de que se reveste a forma. Isso torna a cidade também espaço de valores, bens e serviços, onde estão territorializadas identidades e apropriações, como Souza (2008, p. 28) afirma:

A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e integram com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidades e interesse, menos ou mais definidos territorialmente na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

Evidentemente que nem todas as cidades apresentam as mesmas formas/funções, territorialidades e dimensões, cada qual exerce um papel diferenciado e é construída por agentes sociais distintos. No que tange às pequenas cidades, estas apresentam estruturas menos complexas e um reduzido número de habitantes, mas desempenham um importante papel na rede urbana, no contexto interno, ou seja, para os moradores que ali vivem e circulam, e nas relações com a região. As pequenas cidades também têm funções que geram papéis urbanos e formas espaciais a partir dos processos envolvidos sobre o espaço.

Como a palavra pequena é um adjetivo que remete à noção de tamanho, dimensão, ao empregá-la para tratar de pequenas cidades, existe uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área ocupada por uma cidade (FRESCA, 2010).

Assim, no grupo das pequenas cidades, é possível encontrar desde aquelas com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas, até aquelas onde as funções urbanas são mais complexas, refletindo sobre as diferenças do ponto de vista populacional, realidade urbana e dimensão territorial (FRESCA, 2001). Nas palavras de Corrêa (1999), a pequena cidade situa-se na confluência do rural com o urbano e apresenta uma população inferior a

50.000 habitantes, dos quais, muitas vezes, o seu desenvolvimento está ligado diretamente à produção no campo.

Nas pequenas cidades, todos os lugares são próximos, não há presença de linhas de ônibus municipais que circulam dentro da própria cidade, das periferias para o centro e vice versa, pois na cidade de pequeno porte o centro confunde-se com os bairros, e as pessoas estabelecem uma forte relação de vizinhança, sendo o concreto pouco visível, existindo a forte presença de árvores, mato, flores, terra (MANFIO; BENADUCE, 2011). Muitas das pequenas cidades brasileiras estão inseridas numa lógica de proximidade e gestão com o rural, e, até mesmo, surgem em função do rural. Segundo Bacelar (2009, p. 6):

O Brasil agrícola insere cidades que se articulam em um espaço de produção agrícola modernizado, que evidencia um padrão de urbanização diferencial, em que a vida nas cidades integra-se ao mundo agrícola, não apenas rural, e não totalmente ao mundo urbano.

Em Fresca (2010, p. 76), a autora chama atenção para os termos “cidades pequenas” e “cidades locais”, pois estes “[...] têm sido utilizados em diversas bibliografias como sinônimos, residindo aí um equívoco”. Para Santos (1979, p. 71), a “[...] cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço”. A cidade local refere-se à menor escala das cidades no Brasil - termo difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas, segundo os quais estes centros urbanos oferecem reduzidos bens e serviços (FRESCA, 2010).

Dessa forma, cada cidade, seja ela pequena, média, grande ou local, é construída e apresenta funções importantes para o contexto regional. A produção do espaço urbano é o que define a complexidade das relações, as dinâmicas e especializações presentes na cidade. No entanto, para entender a produção do espaço urbano, deve-se ter como premissa a compreensão da sociedade que a produz (SILVA, 2006), já que a cidade é produzida pelas ações humanas e capitalistas.

A produção do espaço é vista pelo trabalho, pelas relações de dominação e funcionamento das superestruturas (o espaço social). O espaço social é resultado das forças produtivas. Ele intervém no modo de produção, ao mesmo tempo em que se modifica com as sociedades (LEFEBVRE, 2000).

Num outro viés, Lefebvre (2000) diz que o conceito de produção comporta as representações que interpretam as vivências e as práticas do ser humano, interagindo no espaço. Para Santos (1997), a produção do espaço remete à combinação de forma, estrutura e função, pois as relações sociais alteram processos e incitam funções que criam novas formas. Nesse entendimento, a produção do espaço urbano é movida por muitas relações e fatores, como afirma Mondardo (2009, p. 58):

A produção do espaço urbano é constituída por inúmeros fatores que se processam no modo de produção capitalista. São aqueles que se relacionam e que atribuem singularidades às formas-conteúdos urbanas. São movimentos de pessoas, são movimentos de objetos, são ações e objetos, são relações entre pessoas em movimento, sujeitos que se movimentam para o trabalho, lazer, consumo dentre outros. A produção do espaço urbano é, portanto, composta por um amálgama de relações solidárias e contraditórias entre pessoas e objetos (MONDARDO, 2009, p. 58).

Nesse sentido, a produção do espaço urbano é uma produção social, processo contínuo de construção, destruição, reforma, revolução, estruturação (SPOSITO, 1991), que se mantém pela atuação dos atores sociais e também pela forma de acumulação e valor do espaço. Ainda, a produção do espaço é uma consequência da ação de atores sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias (CORRÊA, 2011). Assim, a produção do espaço urbano acontece pela ação de diversos atores sociais, tais como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os agentes imobiliários, as classes sociais excluídas e o Estado (CORRÊA, 2011).

Resumidamente, produzir o espaço urbano significa inter-relacioná-lo aos interesses dos atores sociais. É uma produção que está no seio da vivência humana. A sociedade constrói para morar, para se divertir, para trabalhar, enfim, para acumular riquezas e momentos.

Ainda em Carlos (2012), a sociedade, ao se produzir, faz isto num espaço e, assim, também o produz, portanto “[...] a noção de produção completa também um duplo caráter: ela se refere ao próprio processo constitutivo do ser humano (enquanto ser genérico) e tem um caráter histórico” (CARLOS, 2012, p. 55). Dessa forma, “[...] a produção do espaço revela a realidade da vida cotidiana, o modo como se produz o espaço da vida nos moldes de apropriação – uso que a sociedade faz do espaço” (CARLOS, 2012, p. 66).

Conforme Damiani (1999, p. 49), “[...] a produção do espaço pode ser lida do ponto de vista das casas, das edificações construídas, do significado da indústria da construção civil na economia atual [...], mas sua abrangência, na verdade, é maior, remete à produção [e à redefinição] das cidades”. A partir da produção de um espaço, ocorrem as reproduções, a fim de atender às dinâmicas capitalistas e ao crescimento urbano. Conforme Carlos (2015, p. 25), “[...] a reprodução do espaço aparece como possibilidade renovada de realização da reprodução capitalista”.

A produção, assim como a reprodução do espaço, necessita ser relacionada ao processo de produção de mercadorias, que acaba influenciando a reprodução das formas do viver em sociedade (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010). Para a manutenção e reprodução da população, é necessária a produção de bens materiais e condições sociais que recriam o espaço (LOPES JÚNIOR; SANTOS, 2010). Neste viés, Souza (2012) afirma que os profissionais aplicam intervenções no espaço e agem, em muitos casos, como se não tomassem conhecimento do fato de que eles não estão planejando apenas a organização espacial, mas também planejando as relações e práticas sociais, exigindo, assim, uma necessidade de pensar a cidade de acordo com as expectativas e os valores dos habitantes.

Nesse entendimento, Chaves (2011, p. 166) diz que as “[...] abordagens de planejamento urbano, desvinculadas de marco socioeconômico e demasiadamente estáticas e restritas para acompanhar a dinâmica urbana, são inadequadas para atender às necessidades urbanas essenciais [...]”. No Brasil, a maioria das cidades continua crescendo sem nenhuma preocupação em relação ao planejamento social e urbano (CHAVES, 2011). Assim, mais tarde, revelam problemas sérios de circulação, trabalho, moradia, entre outros, que, conseqüentemente, levarão a conflitos urbanos.

Dessa forma, o entendimento da produção e reprodução do espaço requer conhecimento da história e das relações sociais que construíram as formas e atividades dominantes da cidade, pois essa produção encontra-se em movimento, alterando-se com o tempo, a fim de atender aos novos interesses econômicos e sociais.

### **3 Uma reflexão a respeito da produção do espaço urbano de Nova Palma (RS)**

A pequena cidade de Nova Palma está localizada na região central do Rio Grande do Sul, próxima à cidade de Santa Maria, com a qual mantém relações importantes, tanto econômicas quanto sociais (Figura 1). Conforme Singer (1979), a produção de excedentes agrícolas é uma condição para o surgimento das cidades, e Nova Palma confirma a afirmação do autor, pois foi com o resultado da produção rural que se organizou a construção desse povoamento urbano.

No que diz respeito à produção do espaço urbano de Nova Palma, este se originou do processo de colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul, compondo a Quarta Colônia de Imigração Italiana. Conforme Manfio (2011), a colonização da região da Quarta Colônia, em meados de 1882, desencadeou a imigração espontânea dos italianos na região, onde foram criados vários núcleos interioranos, sendo que um desses núcleos compõe, atualmente, o município de Nova Palma.

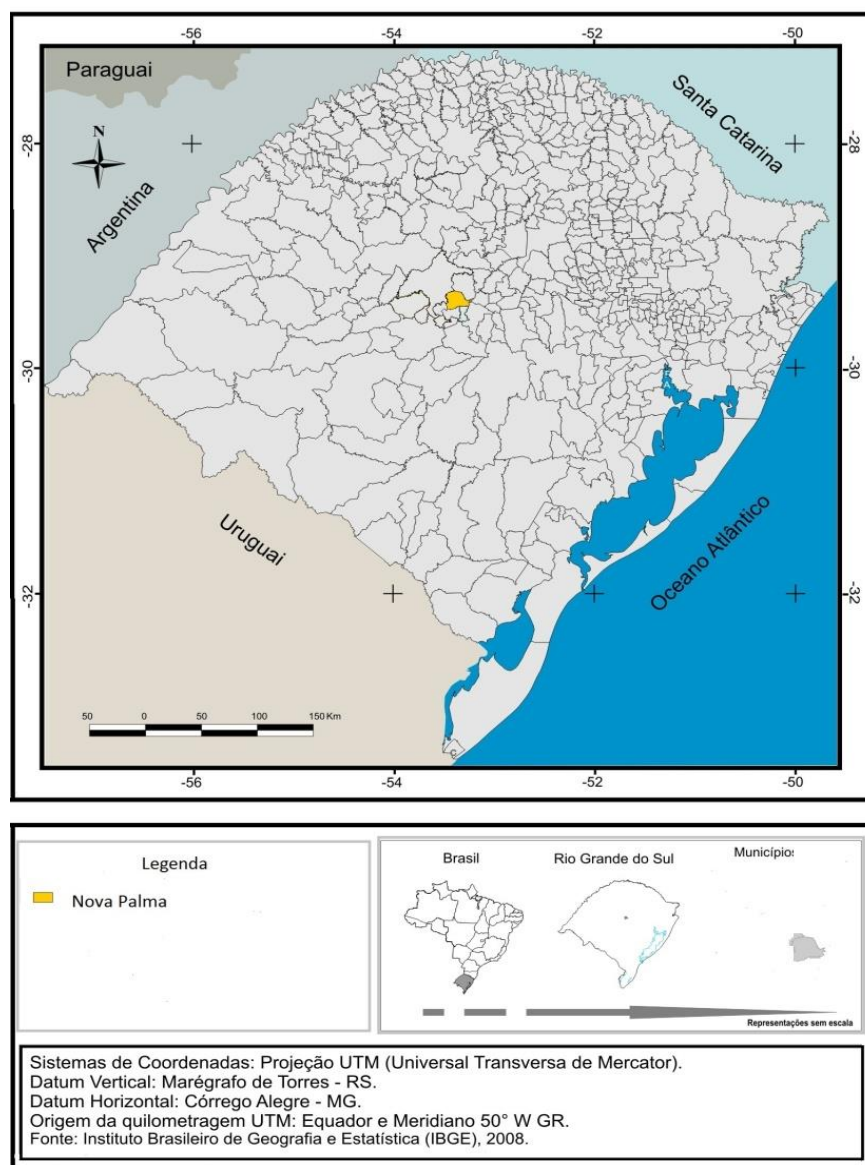
Neste núcleo colonial, estabeleceram-se os imigrantes em pequenas propriedades rurais, baseadas na policultura e no trabalho familiar. Segundo Saquet (2003), na unidade produtiva familiar, logo se combinaram a produção de gêneros de subsistência e a produção de excedentes comercializados no local e nas cidades próximas, mais tarde, até mesmo na capital.

No início, o pequeno núcleo urbano foi marcado por algumas residências e casas de comércio agrícola. Conforme Manfio (2011), devido à necessidade de comercialização agrícola e da realização de trocas comerciais nos lotes rurais do núcleo soturno, configura-se, em 1929, na Planície Aluvial do Rio Soturno, a formação de um pequeno aglomerado de residências, algumas fábricas e “casas comerciais”.

Nas palavras de Saquet (2003), as casas comerciais existentes na década de 1930 revelam como foi o desenvolvimento econômico e comercial da época, baseado na força de alguns comerciantes e no incremento das relações mercantis. Além disso, no núcleo urbano, existiam artesões especializados em transformar matérias-primas em produtos finais, o que levou ao surgimento de estabelecimentos como alfaiatarias, fábricas de calçados, serrarias, madeireiras, entre outros.



**Figura 1: Mapa de Localização de Nova Palma**



Fonte: Elaborado parcialmente pelo autor, com informações do IBGE (2008)

No entanto, o urbano se configurou em Nova Palma pelo capital rural, pois foram os proprietários rurais que forneceram as terras para a formação do aglomerado urbano, e foi o capital gerado pela produção agrícola excedente que deu início à construção e constituição da cidade. Sobre isso, Saquet (2003) afirma que a grande maioria dos proprietários da vila urbana tinha lotes rurais. Assim, o urbano só existe a partir da sua relação com o agrário, da mesma forma que a existência do rural de Nova Palma tem grande dependência da mútua relação com o urbano.

No decorrer dos anos, os fluxos de “atravessadores” agrícolas, ou seja, pessoas que comercializam os produtos rurais, associados à intensificação da instalação de casas comerciais e ao surgimento da igreja e dos colégios católicos, transformaram o povoado, incentivando o surgimento de hotéis, pensões, bares e comércios de alimentos.

Em 1956, com o constante crescimento do aglomerado urbano (que era distrito de Júlio de Castilhos), suas ruas foram significativamente organizadas, o que permitiu a acessibilidade e o tráfego, dentro e fora do distrito, conectando o espaço a outras localidades (MANFIO, 2011). No ano de 1960, foi criado o município, a partir de sua emancipação político-administrativa de Júlio de Castilhos, com o apoio do padre Luiz Sponchiado. Com isso, surgiu o espaço urbano com função administrativa e com o papel de comercializar a produção agrícola.

A malha urbana, nesse período de pós-emancipação, mostrou-se articulada e centralizada em torno da igreja, onde se instalaram os principais equipamentos urbanos, como praça, hotel, rodoviária, unidade sanitária, escolas, entre outros. Para Manfio (2015), de modo geral, as necessidades básicas da população eram atendidas pelos serviços e equipamentos urbanos presentes no centro da cidade.

Destaca-se que a população ainda é bastante concentrada no espaço rural, embora, nas últimas décadas, a população urbana de Nova Palma tenha crescido expressivamente, refletindo no aumento da urbanização. Na tabela 1, é possível observar que, em 1970, a população urbana de Nova Palma era de 1.019 habitantes, e, em 2010, já tinha triplicado, chegando a 3.083 habitantes, numa evolução progressiva neste período de 1970 a 2010 (IBGE).

Este crescimento populacional do espaço urbano aconteceu em virtude da criação de novas infraestruturas, principalmente de trabalho, entre as quais o desenvolvimento da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL), a instalação da Empresa Durabile, da Agropecuária Multi Rural e outras empresas trouxeram a migração rural-urbana.

**Tabela 1: População de Nova Palma entre 1970 e 2010 (nº de habitantes)**

Ano	Total	Rural	Urbana
1970	7.995	6.976	1.019
1980	8.031	6.557	1.474
1991	7.656	5.571	2.085
2000	6.312	3.648	2.664
2010	6.342	3.259	3.083

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2016)

Convém destacar que a colonização italiana criou na região, sobretudo no espaço urbano de Nova Palma, uma identidade cultural fortemente percebida nas tradições, na religiosidade, nas festas, na arquitetura residencial, nas casas e nos monumentos espalhados pela cidade. O próprio hábito rural é visto na pequena cidade, demonstrando a importância do agrário e do rural, importância esta que continuou a definir os papéis urbanos, quando foram sendo criados moinhos e a Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma (CAMNPAL), na década de 1960. A criação desta cooperativa foi articulada a partir da força dos pequenos produtores rurais do município e do padre Sponchiado, da paróquia local.

A criação da CAMNPAL e a modernização da agricultura provocaram novas mudanças no campo e na cidade. Embora inicialmente a formação do urbano estivesse associada ao rural, as suas relações se diferenciaram com o tempo, pois, atualmente, além de industrializar e comercializar produtos que são produzidos no rural, na cidade se desenvolvem, também, outras atividades que não estão diretamente relacionadas com o rural, como lazer, turismo, entre outras.

As dinâmicas responsáveis pela CAMNPAL no município de Nova Palma permitiram a reprodução do espaço urbano, tendo em vista, que a cooperativa está instalada nessa área, ainda pouco povoada. Com isso, promove a descentralização urbana, em cujas proximidades instalam-se novas residências e estabelecimentos comerciais, expandindo a sua malha viária. A expansão das atividades e dos negócios da CAMNPAL no espaço urbano do município contribuiu para a geração de emprego e para a instalação de novas empresas, algumas vindas de outras cidades. Assim, instalaram-se agências bancárias com interesses em financiamentos e empréstimos rurais, como SICREDI e CRESOL, e foi criada a Cooperativa de Transportadores Autônomos de Nova Palma (COTRAPALMA), que trabalha com o transporte

dos produtos agrícolas, especialmente para outras áreas do estado e do país (MANFIO, 2011).

Com isso, ocorreu um contínuo crescimento urbano e a construção de prédios com estruturas modernas, num processo de verticalização urbana e especulação imobiliária. Neste processo, proprietários de capital rural e urbano passaram a investir na construção de prédios para serem vendidos ou alugados, proliferando uma nova forma de capitalização urbana e de relações sociais.

Sintetizando, a produção do espaço urbano de Nova Palma vem acontecendo a partir e em função do processo de imigração italiana e da agricultura, dos quais derivam as formas, funções e estruturas urbanas. O desenvolvimento urbano é reflexo da expansão física da urbanização e das atividades e da verticalização urbana, sendo a CAMNPAL um ator importante desse desenvolvimento, juntamente com proprietários de terra, comerciantes e poder público municipal.

#### **4 Considerações finais**

A produção do espaço urbano reflete o trabalho humano realizado no espaço que impõem formas e funções, as quais se alteram com o passar do tempo, diante do incremento de outras atividades e relações interurbanas.

Na pequena cidade de Nova Palma, a produção do espaço urbano, inicialmente, acontece através do povoamento dado com a imigração italiana e da necessidade de comercialização agrícola. Num outro momento, as estruturas urbanas vão adquirindo novas funcionalidades e externalidades, principalmente com os desenvolvimentos agrícola e citadino. Assim, surge no espaço a CAMNPAL e outras empresas que permitem a expansão urbana, tanto territorial quanto populacional, pois trazem a descentralização dos serviços e o aumento do emprego.

Com a expansão urbana e o desenvolvimento econômico do município, são criados novos equipamentos urbanos, a fim de atender às necessidades da população e melhorar a qualidade de vida. Além disso, inicia-se o processo de verticalização urbana frente à

especulação imobiliária e ao investimento capitalista na construção de prédios, reproduzindo o espaço com novas formas e funções.

Por isso, entender o processo de produção do espaço é algo que requer uma análise histórica, com um viés atual de entendimento da força motriz que atua espacialmente, sendo uma compreensão que vai além da análise da cidade, mas que trata de traçar os desafios e perspectivas de sua futura composição espacial. É um olhar atento que se deve ter em pensar a cidade para além do externo, contemplando o interno, o concreto e o subjetivo dessa cidade, principalmente no tratamento das pequenas, que merecem atenção em função de sua importância intraurbana e de sua participação inter-regional.

## Referências

BACELAR, W. K. de A. Pequena Cidade: uma caracterização. *In: Encontro de Grupos de Pesquisa, V.*, Santa Maria, 2009. *Anais...* Santa Maria: UFSM, 25-27 nov. 2009. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar\\_NEAT\\_UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar_NEAT_UFU.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2016.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-36.

\_\_\_\_\_. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

CHAVES, T. S. Estudo de caso – A cidade de Juiz de Fora MG – sua centralidade e problemas sócioeconômicos. *Revista GEOMAE*. Campo Mourão–PR, v. 2, n. 1 especial, p. 155-170, 2 sem. 2011.

CORRÊA. R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 43-52, jan./jun, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-52.

ENDLICH, A. M. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. *Huellas*. Madrid, n. 15, p. 149-165, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v15a11endlich.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*. Fortaleza/CE. Número especial, p. 75-81, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. *Geografia*, Londrina, v. 10, p. 27-34, jan./jun. 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOPES JÚNIOR, W. M.; SANTOS, R. C. B. dos. Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades. *Revista RA'EGA*, Curitiba, n. 19, p. 107-123, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/14827/11418>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MANFIO, V. A cidade e os equipamentos urbanos: uma análise sobre Nova Palma/RS. *InterEspaço*. Grajaú/MA, v. 1, n. 2, p. 137-151 jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4035/2120>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *O papel da CAMNPAL na (re)estruturação do espaço urbano de Nova Palma-RS*. 2011. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. A (re)estruturação urbana e o desenvolvimento local da pequena cidade de Nova Palma/RS. *Revista GEOMAE*, Campo Mourão, v. 2, n. 1, p. 71-82, jul./dez. 2011.

MONDARDO, M. L. Meandros na produção do espaço urbano: mobilidade, acessibilidade e exclusão social. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia – Goiás, v. 29 n. 1 p. 57-72 jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/bgg/article/view/5765/5026>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

MORAES, A. F. de; GOUDARD, B.; OLIVEIRA, R. de. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. *Revista Interthesis*, Florianópolis, v. 5., n. 2, p. 93-103, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/18071384.2008v5n2p93/10881>>. Acesso: 17 jun. 2015.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST, 2003.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SILVA, W. R. da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 65-80.

SOUZA, M. L. de. A cidade, A palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de. SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 147-166.

\_\_\_\_\_. O que faz de cidade uma cidade? In: *ABC do desenvolvimento urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 23-40.

SPOSITO, M. E. B. *O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade*. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.